

Três propostas para ultrapassar a crise

A tomada de consciência, a mobilização e a dinâmica trazida à pesca, à economia, à sociedade e à política dos Açores pela *“Ilhas em Rede Associação de Mulheres da Pesca”* é um dos mais notáveis eventos a que tive a oportunidade de assistir nos últimos anos nos Açores e é por isso para mim um enorme prazer estar convosco e participar num debate tão oportuno como o que nos é proposto.

Vou pegar neste debate começando por dividi-lo em três partes, uma global/europeia, outra europeia/nacional e uma última regional/local.

A melhor forma de percebermos o que é a crise foi-me ensinada por um professor na faculdade que comparou a economia global a um jogo de póquer. O problema deste jogo de póquer é que há uns que tendem a ganhar e outros a perder, e isso leva a que o dinheiro se concentre todo num lado, o que põe em risco a continuação do jogo de póquer, e o esfriar do jogo é exactamente a recessão.

Para ultrapassar este problema, ou os que estão a ganhar aceitam jogar a crédito, ou aceitam jogar a feijões – solução que nunca é duradoura – ou então tem que haver um baralhar e tornar a dar de novo, com novas regras acordadas entre os participantes – ou em todo o caso os principais – que permita retomar o jogo, o que é a única solução sustentável para esse estado de coisas.

Olhando para trás, para a crise que mais se assemelha aquela que estamos a atravessar agora, a crise que explodiu em 1929 e que num sentido muito estrito do termo durou até 1933 mas que na realidade só foi ultrapassada depois da segunda guerra mundial, temos exactamente o rebentar de uma bolha especulativa que escondia profundos desequilíbrios, nessa altura centrados no desequilíbrio económico entre os parceiros transatlânticos.

Gostaria aqui de salientar que na minha opinião o programa norte-americano de despesas públicas e organização dos mercados conhecido pelo New-Deal não conseguiu ultrapassar duradouramente a crise, e que em 1938 a economia americana, como de resto a mundial, estava a mergulhar de novo em profunda recessão, profunda recessão que – se permitirmos o eufemismo – só o tremendo esforço de guerra travou.

Falo aqui de eufemismo exactamente porque as guerras são formas radicais de destruição que em sentido nenhum podem ser vistas como outra coisa do que a mais violenta, completa e bárbara forma de colapso económico, social e humano.

Aquilo que catapultou duradouramente a economia mundial para um dos seus mais longos e promissores períodos de expansão não foi nem o New-Deal, nem a guerra, foi a construção de uma nova arquitectura política, comercial, monetária, financeira e

social de que o aspecto mais conhecido é o chamado sistema de Bretton-Woods – ou seja, o sistema dólar, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Esse arranjo internacional conseguiu duas coisas prodigiosas, que foram a implosão do sistema comunista e a sua sequente integração no sistema global criado e a sua sobrevivência ao colapso do sistema monetário em que estava baseado, o sistema dólar.

Assim, contrariamente ao que aconteceu com a crise de 1929, que se torna estrutural e duradoura com o colapso do sistema monetário libra/ouro, a economia mundial conseguiu ultrapassar a crise monetária de 1969 – precipitada economicamente só em 1973 – sem que exista um sistema monetário internacional que seja digno desse nome, o que é, a todos os títulos, notável.

Ao regime chamado de câmbios flexíveis, que apesar da sua instabilidade e do fraco crescimento a que esteve ligado, não levou a nenhum colapso económico maior, tivemos um sistema de câmbios marcado pelo acordo tácito entre uma economia mundial que aceita funcionar com base numa moeda que é algebricamente insolvente e uns EUA que aceitam o seu progressivo endividamento, primeiro junto de aliados, mas depois junto, sobretudo, o seu principal rival potencial, a China.

Em 2008 temos o primeiro estouro, muito semelhante ao que foi observado em 1929, com o rebotar da bolha especulativa, seguido do colapso do mercado das matérias-primas e depois a recessão, que – e aqui ao contrário do que aconteceu em 1929 – foi rapidamente atacada com brutais injeções de despesa pública num esforço quase coordenado a nível mundial que permitiu a sua rápida ultrapassagem global.

Desse ponto de vista, a melhor notícia dos últimos tempos foi a do abrupto decréscimo do excedente externo chinês, que se seguiu a um extremamente interessante diálogo diplomático entre as autoridades americanas e chinesas e que prefigurou uma consciência – até aí nada aparente – de que não há forma de a China ou os EUA ganharem a partida de póquer um contra o outro. Ou ganham os dois, ou entram os dois em colapso.

Deve ser salientado que se tratou de um passo absolutamente político, e que qualquer solução duradoura para a presente crise que não passe por uma conflagração mundial exige necessariamente que se venha a estabelecer um novo acordo para uma nova ordem mundial, e esse acordo vai ter necessariamente de compreender os principais parceiros da economia global.

Desse ponto de vista, a discreta e incipiente cooperação sino-americana no domínio monetário e comercial é paralela a vários outros entendimentos, como foi o que teve lugar tacitamente em Copenhaga ou o que marcou o acordo sino-americano para a prevenção da bomba nuclear da teocracia iraniana.

A esse propósito nada é mais preocupante do que a atitude tomada recentemente pelo Brasil de querer romper os consensos internacionais oferecendo um acordo nuclear à teocracia iraniana.

Lula da Silva abriu as suas declarações à imprensa portuguesa no dia 19 com uma proclamação: *“Eu penso que o século XXI é o século dos países que não tiveram chance no século XX.”*.

Todas as nações emergentes têm um compreensível orgulho no que conseguiram, mas é na sua capacidade de compreensão da necessidade de conjugar as suas legítimas ambições com a responsabilidade internacional e com os valores globais que se decide do seu sucesso.

A falta de respeito pelos valores humanos fundamentais, a ilusão de que o poder sobre os recursos energéticos garante uma via para o desenvolvimento e – sobretudo – que a riqueza de umas nações se faz necessariamente à custa de outras, são tudo factores que levantam as maiores preocupações.

Portugal tem necessariamente que olhar com a maior atenção para o Brasil, indubitavelmente o líder do mundo lusófono, mas isso não quer dizer que nessa relação tenha de ter uma posição passiva, e que não deva afirmar-se antes como um país que procura assegurar valores e opções humanistas e democráticos, em vez de se colar de forma oportunista a miragens petrolíferas politicamente inaceitáveis.

Paralelamente ao romper desta crise política, que a crise económica reaparece onde ela era menos esperada: na Europa, mais precisamente na Grécia.

A crise que tinha exposto a debilidade económica da União Europeia, área do globo onde tinha dado menos sinais de ser ultrapassada, vai agora expor a sua debilidade política.

Os ataques especulativos contra o Euro, que começaram pelo que foi percebido como o seu elo mais fraco, a Grécia, foram respondidos por instituições europeias fortemente debilitadas pelo Tratado de Lisboa, que reduziu mais ainda a sua capacidade de acção, e que deixaram por isso o palco aos chefes de Estado nacionais que, como seria previsível, reagiram de forma paroquial.

Nunca como em 2010 terão sido tão acertadas as palavras de Jean Monnet de há seis décadas atrás: *“Na Europa só há pequenos Estados, mas nem todos sabem que o são”*.

Quando era indispensável avisar os especuladores que a União Europeia era sólida, a imagem pública da Europa foi exactamente a oposta, a de líderes incapazes de tomar decisões, que se insultaram uns aos outros em público, que foram incapazes de entender o que deveria ser por demais óbvio, que não era possível castigar a Grécia e salvar o Euro.

Depois de recusarem o mais simples, no princípio de Maio, os dirigentes europeus foram já confrontados a uma situação muito mais complicada, pois já não era só a

Grécia que tinha deixado de encontrar crédito nos mercados financeiros, era também Portugal, e muito mais importante do que isso, a Espanha.

Não conseguiram pôr-se de acordo para estabelecer um fundo de 50 mil milhões e em consequência foram obrigados rapidamente a pôr em marcha um fundo de 750 mil milhões.

Na verdade não foram os 750 mil milhões – ainda não realizados – que resolveram o problema, mas antes o Banco Central Europeu que, sabiamente, e apesar dos protestos, injectou a liquidez necessárias nas economias ibéricas e adiou por isso a crise.

Rapidamente, contudo, foi o mundo que se viu grego, com o pânico a romper em todas as direcções e, nomeadamente na mais perigosa de todas, a dos Estados Unidos. Na verdade, quem seguiu com atenção os laboriosos cálculos com que se demonstrou a impossibilidade da solvência da Grécia não pode ter deixado de imaginar o que virá a suceder quando os cálculos passarem a ser feitos sobre os Estados Unidos e já não sobre uma economia periférica europeia.

O pânico bateu em quase todo o lado, e por todo o lado se sucederam promessas de maior rigor e menos défice.

E aqui chegados, convém fazer uma observação fundamental: a substância do problema é o da existência de profundos desequilíbrios na economia mundial. Esses desequilíbrios assumem várias expressões, mas nenhuma mais importante do que a que opõe um Ocidente em défice perante uma Ásia Oriental em excedente.

Aquilo que é preciso ter aqui em conta é que por efeito da mais elementar regra da contabilidade nacional, os défices só existem de um lado quando os excedentes existem do outro.

Por outras palavras, se estamos a falar de uma crise global, a crise não existe, não pode existir para todos por existirem défices. Se, como está a acontecer entre nós, vemos que toda a gente – na Europa mas na realidade também fora dela – parece querer reagir à crise cortando nos défices, há algo que está fundamentalmente errado, porque para uns cortarem os défices, outros têm que fazer o contrário, têm que cortar os excedentes.

Em Portugal – e também entre nós nos Açores – a crise não foi uma crise do nível de vida, a crise – que começou no princípio dos anos noventa – foi uma impressionante subida anual do endividamento externo do país, fruto mais do défice privado do que do público.

Assim, apesar de ritmos cronicamente anémicos do crescimento, o rendimento disponível subiu de forma muito grande ao longo das últimas duas décadas, e esse rendimento foi canalizado para o investimento público, para o consumo público, e acima de tudo para o consumo privado.

É por isso claro que qualquer solução global em Portugal passará necessariamente por cortar o tremendo défice externo, e que isso há muito que deveria ter sido a prioridade da política económica portuguesa.

Nesse contexto é também claro que a política de grandes obras públicas há muito – de forma óbvia já nos tempos do Governo PSD/PP – deveria ter sido invertida e que é incompreensível como se deixou que se chegasse a uma situação dramática como a presente para finalmente se entender isso.

Agora o que não é menos verdade é que se os nossos parceiros credores – e a começar na União Europeia, naturalmente – quiserem também fazer cortes na despesa, estaremos perante uma equação absolutamente impossível que só poderá levar ao desastre.

O que é necessário é restabelecer equilíbrios, não é pôr todos a fazer cortes, da mesma forma como foi um erro incentivar todas as economias europeias, independentemente das suas posições relativas, a fazer crescer a despesa para responder à crise.

Na base de todo este equívoco está o absurdo preconceito de que a estabilidade do euro assenta apenas no respeito por uns números mágicos das contas públicas, e que é absolutamente irrelevante o que se passa nas outras variáveis macroeconómicas, a começar pelos défices privados.

Trata-se de um preconceito totalmente desmentido por inúmeros exemplos, mas que nem por isso deixa de nortear os dirigentes europeus.

Uma das mais recentes e concludentes demonstrações desse facto consta de um artigo de Manuel Llamas no jornal digital espanhol “Libertad Digital” de dia 21 de Maio intitulado “España estaba quebrada el pasado 7 de mayo” e que ressalta dos dois primeiros gráficos que ele apresenta, e que eu junto em anexo.

O que estes dois gráficos mostram de forma iniludível é que foi a bolha da especulação imobiliária que comandou o comportamento do défice orçamental de Espanha e não o contrário.

Por outras palavras, a fé dogmática no controlo do défice orçamental como forma de estabilizar o Euro criou as condições para a instabilidade do Euro.

Em qualquer caso, é preciso entender que se houver países do Euro que entrem em crise de pagamentos, o resultado não só será desastroso ou mesmo fatal para o Euro mas será igualmente desastroso para a banca credora e para os países onde ela se situa.

Por essa razão – e lembrando as sábias palavras de Jean Monnet – Portugal, país que sabe que é pequeno, não deve aceitar receber ordens e deve saber pôr condições a outros que parecem não saber que também são pequenos.

Regressemos agora, finalmente, aos Açores. Da última vez que aqui estive, nos finais de Março, li na imprensa um interessante diálogo político entre a senhora Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e líder da oposição e o Vice-Presidente do Governo Regional e dirigente socialista.

Dizia uma que a culpa da crise era do dinheiro mal gasto com os fundos estruturais, e respondia outro que não senhor, os fundos eram bem aplicados nos Açores.

Receio bem que neste caso tenha de dar razão à líder da oposição, e nada melhor para o constatar que dar uma volta atenta ao concelho de Ponta Delgada e ver o suceder de obras mal feitas, mal programadas, mal dimensionadas, mal orçamentadas, algumas que nunca chegaram a funcionar, outras que literalmente caíram ao mar mal foram inauguradas. Em contraste com o reino das obras está o deserto de iniciativas, de acções e de preocupação com o relançar da economia e do emprego locais.

Nas recentes eleições locais, em que como estarão lembrados, fui o candidato da oposição socialista à Presidência do Município de Ponta Delgada tive a ocasião de apresentar um programa eleitoral que fazia um conjunto coerente de propostas que tinham no combate ao desemprego e na dinamização da economia local as suas bases fundamentais, e que dificilmente poderia ser mais diferente do programa apresentado pelo PSD.

Este último, apresentado dois dias antes do acto eleitoral, constava de três páginas de introdução a uma única página de projectos concretos que se resumia a repetir oito dos projectos de obras antes prometidos e não executados, totalmente divorciados de qualquer preocupação com emprego ou estímulo à economia.

Lembro hoje esse programa, oito meses depois de ter sido apresentado, não para reescrever o que está escrito, mas apenas porque hoje, tal como então, penso que essas propostas são boas, são necessárias, e que devem ser levadas à prática.

A crise – convém terminar por lembrá-lo – significa etimologicamente tomada de decisão, e é-o também no plano do que falamos hoje, na constatação de que algo falha e que é necessário agir.

E é por isso que termino com três propostas para Portugal enfrentar a crise.

A primeira é de política externa. Portugal deve alinhar firmemente pela defesa dos valores humanistas e democráticos que norteiam a nossa cultura, que são válidos para europeus como para africanos, para cristãos como para budistas ou muçulmanos. Deve apoiar o consenso e rejeitar o nacionalismo, deve procurar a equidade, o direito internacional e recusar terminantemente servir de capacho às ambições nucleares do fanatismo apocalíptico iraniano, mesmo quando escondidas por miragens petrolíferas.

A nova ordem internacional tem que olhar para os países, mas tem que olhar antes para os seres humanos, e de todas as revoluções mais ou menos silenciosas a que

estamos a assistir, a mais importante e parafraseando aqui Lula da Silva, é a que “faz do século XXI o século daquelas que não tiveram chance no século XX”.

A segunda proposta é a de, no palco europeu e internacional, com a consciência de que a estabilidade do Euro interessa a todos e não apenas a alguns, defender novas regras de estabilização do Euro baseadas nos seguintes dois critérios fundamentais:

1. Controlo do défice externo e não apenas do défice público;
2. Reciprocidade e equilíbrio nas políticas, fazendo com que todos contribuam para os mesmos resultados.

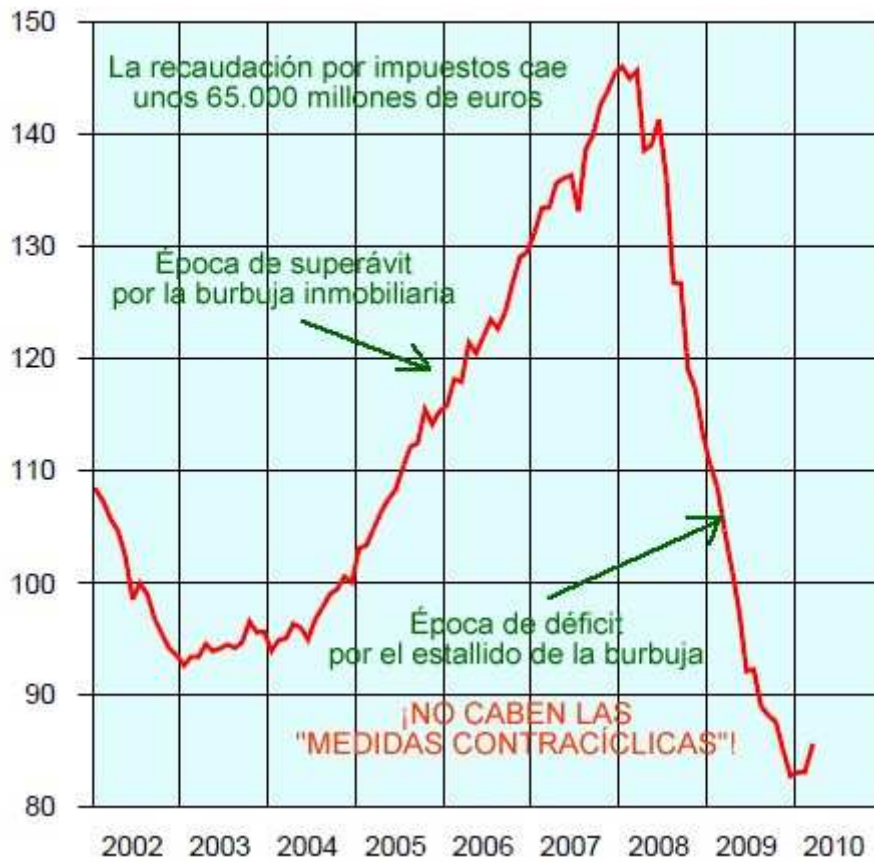
A terceira e última tem destinatários locais e regionais, e é de que todos, mas mesmo todos, façam do combate ao défice externo, estímulo da economia local e regional e promoção do emprego as grandes prioridades políticas nos Açores.

Bruxelas, 2010-05-25

(Paulo Casaca)

PS Anexo gráficos

IMPUESTOS



SALDO DE CAJA

cifras acumuladas 12 últimos meses en m.m. euros

